

Impresso  
Especial

9912175140/2007-DR/PR  
IPARDES

...CORREIOS...



GOVERNO DO  
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO  
DO PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

# Análise Conjuntural

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.32, n.1-2, janeiro/fevereiro 2010

### sumário

- 3 CRISE NA PERIFERIA DA EUROPA E TENDÊNCIAS DO BRASIL  
Gilmar Mendes Lourenço
- 10 AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO E O MODELO ECONÔMICO  
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 13 CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO FAMILIAR  
Guilherme Amorim
- 15 ECONOMIA PARANAENSE: SÍNTESE DOS RESULTADOS DE 2009  
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 18 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS  
Guilherme Amorim
- 21 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

ROBERTO REQUIÃO - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Secretário

**IPARDES**

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

**ANÁLISE CONJUNTURAL**

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*Editor*)

**Equipe**

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

**EDITORAÇÃO**

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*edição eletrônica*)

CLAUDIA F. B. ORTIZ (*revisão de texto*)

LUIZA DE FÁTIMA PILATI LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

# CRISE NA PERIFERIA DA EUROPA E TENDÊNCIAS DO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço\*

Em meio a um estágio de incipiente recomposição das bases de funcionamento da economia internacional, depois dos prejuízos provocados pela crise financeira e produtiva ocorrida a partir de setembro de 2008, com a quebra do banco de investimentos dos Estados Unidos (EUA), Lehman Brothers, os mercados vêm sendo alvejados pelo reaparecimento do risco sistêmico.

Na realidade, esboça-se o retorno de cenários de volatilidade, em função da multiplicação das incertezas quanto à capacidade de cobertura dos passivos públicos por parte de alguns países da periferia europeia. São eles: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, batizados de PIIGS (sigla em inglês), principais devedores do continente e cujos maiores credores seriam a Alemanha e a França, as mais importantes economias da região.

Informações do Bank for International Settlements (BIS), Banco de Compensações Internacionais, entidade constituída pelos bancos centrais das principais nações do planeta, dão conta de que as dívidas dos PIIGS, englobando empresas e governos, chegariam a US\$ 3,4 trilhões, tendo sido contraídas predominantemente por meio dos bancos europeus. Ainda conforme aquele organismo, a exposição dos bancos da região com o setor público (empréstimos ao segmento/total) seria de 60%, com 32% na França, 46% na Alemanha, 73% na Grécia, 77% na Itália, 78% na Espanha e 84% em Portugal.

De maneira geral, os vultosos déficits e dívidas acumulados pelos governos das nações avançadas representam a herança maldita da turbulência e constituem barreira nada desprezível ao prosseguimento da reativação dos fluxos financeiros, de produção e de comércio em escala global, engendrada desde o final de 2008. Naquele momento, a rápida chegada ao piso de juros reais (negativos em algumas nações importantes), em um panorama de taxas de inflação cadentes e inferiores a 2% ao ano, deixou o encargo anticíclico para a política fiscal.

Apenas em caráter ilustrativo, entre os países europeus líderes, ou mesmo aqueles em ameaça de calote, apenas a Alemanha estaria menos distante da adequação aos tetos de déficit orçamentário (3% do PIB) e de dívida pública (60% do PIB) definidos pelo Tratado de Maastricht em 1992, por ocasião do lançamento das diretrizes básicas para a operação da integração econômica continental (tabela 1).

TABELA 1 - DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E DÍVIDA NA UNIÃO EUROPEIA - PROJEÇÃO PARA 2010 - PAÍSES SELECIONADOS

PAÍS	DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (EM % DO PIB)	DÍVIDA PÚBLICA (EM % DO PIB)
Grécia	12,7	124,9
Irlanda	11,7	82,9
Espanha	11,4	66,3
Portugal	9,3	84,6
França	8,4	82,5
Itália	5,1	116,7
Alemanha	3,2	76,7
Zona do Euro	6,9	84,0
Reino Unido	12,6	80,3
Tratado de Maastricht (teto)	3,0	60,0

FONTES: Comissão Europeia

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Tais desequilíbrios advêm da realização de substanciais intervenções estatais (governos e bancos centrais) para evitar a transformação da *débâcle* financeira de 2008 em prolongada depressão econômica, e do pronunciado declínio da arrecadação pública,

determinado pelos reflexos do recuo das transações externas e domésticas e do seu rebatimento sobre a massa de lucros e de salários, combatindo o poder de consumo e os planos de investimentos públicos e privados.

---

*O arsenal empregado por praticamente todos os governos esteve restrito à efetivação de operações de capitalização e de injeção direta de recursos nos bancos e à política fiscal*

---

Vale recordar que o arsenal empregado por praticamente todos os governos esteve restrito à efetivação de operações de capitalização e à injeção direta de expressivo volume de recursos nas instituições bancárias e à política fiscal, preponderantemente no incremento dos gastos públicos, visando ao preenchimento do vazio provocado pela compressão da demanda do setor privado (famílias e empresas).

Presentemente, é fácil perceber que os gestores das economias do núcleo do sistema capitalista, composto por EUA e União Européia, vêm acusando dificuldades em orquestrar a adequação entre um escape mais vigoroso da crise e a necessidade de promoção de restrições de natureza orçamentária e monetária. Isso porque, em condições de reduzidos patamares de crescimento econômico, a elevação do custo de rolagem das dívidas contraídas parece inevitável.

Mesmo assim, o Federal Reserve (FED), banco central dos EUA, elevou a taxa de redesconto (preço da linha especial de crédito concedida aos bancos por aquela instituição) de 0,25% a.a. para 0,75% a.a., representando a primeira subida desde agosto de 2007, quando estava em 6,25% a.a. e foram identificados os problemas iniciais de insolvência do mercado *subprime* naquele país.

A despeito de ter aumentado 5,9% no 4.º trimestre de 2009 em relação ao 3.º (o melhor resultado em seis anos), o PIB dos EUA decresceu 2,4% em todo o ano, configurando o pior desempenho desde 1946, e o déficit público chegou a 10% do PIB. A queda do PIB variou entre -4,0% e -5,0% na União Européia, Zona do Euro, Alemanha, Reino Unido, Itália e Japão, e ficou em -2,2% na França, apesar da recuperação generalizada verificada no último trimestre de 2009 (tabela 2).

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO E PAÍSES SELECIONADOS - 2006-2011

UNIDADE GEOGRÁFICA	TAXA DE CRESCIMENTO EM %					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Mundo	5,1	5,2	3,0	-0,8	3,9	4,3
Avançados	3,0	2,7	0,5	-3,2	2,1	2,4
EUA	2,8	2,1	0,4	-2,4	2,7	2,4
Zona do Euro	2,8	2,7	0,6	-3,9	1,0	1,6
Reino Unido	2,8	2,6	0,5	-4,8	1,3	2,7
Alemanha	3,0	2,5	1,2	-4,8	1,5	1,9
França	2,2	2,3	0,3	-2,3	1,4	1,7
Japão	2,4	2,3	-1,2	-5,3	1,7	2,2
Emergentes	7,9	8,3	6,1	2,1	6,0	6,3
China	11,6	13,0	9,6	8,7	10,0	9,7
Rússia	7,4	8,1	5,5	-9,0	3,6	3,4
Índia	9,8	9,4	7,3	5,6	7,7	7,8
Brasil	4,0	5,7	5,1	-0,4	4,0	4,7

FONTE: FMI

Todavia, a sinalização de insolvência que habita a fração frágil do continente europeu representa ameaça real à continuidade da reação econômica global. Mais que isso, o fator Europa evidencia alguns desarranjos institucionais da integração continental, sobretudo quanto aos elementos fiscais e ao mercado de fatores, especificamente emprego de mão de

obra, e a conjugação entre moeda única e estratégias econômicas relativamente frouxas, absolutamente negligentes com a necessidade de sustentação de gastos públicos e privados, incompatíveis com os fluxos de caixa, alimentadores da exposição dos portfólios dos bancos, dentro e fora dos limites da Zona.

No caso de Espanha e Irlanda, o *boom* recente da construção civil, bancado por capitais externos, ocasionou o regresso da espiral salários/preços e a contração da competitividade *vis à vis* as reduzidas remunerações recebidas pelos trabalhadores asiáticos, o que tornou ambos os países mais vulneráveis aos desdobramentos orçamentários da instabilidade. A Grécia, por sua vez, padece das agruras causadas pela ausência de rigidez fiscal.

As opções de resgate financeiro dos endividados, e principalmente o bloqueio das chances de alastramento da crise, passam pela pronta organização e aplicação, por parte da cúpula dos 27 países da União, de operações de socorro e rigoroso monitoramento macroeconômico, pelo Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Européia, e/ou pelo próprio Fundo Monetário Internacional (FMI). Trata-se de alternativas complexas, que esbarram nas regras rígidas prevaletentes na Zona, principalmente quanto à estratégia monetária padrão, e no fato de jamais um país do euro ter recebido apoio do FMI, apesar do peso político e técnico da Europa na instituição.

Soaria menos traumática a ocorrência da conjugação das duas possibilidades (BCE e FMI), a exemplo do executado para Hungria, Romênia e Letônia em 2009. Mas, sem dúvida, a saída será recessiva, ancorada na reposição da austeridade fiscal (elevação dos juros e dos compulsórios) e das reformas estruturais, dentro de uma região que experimentou desemprego de 10% da população economicamente ativa (PEA) em dezembro de 2009, o maior desde agosto de 1998. Na União, a taxa de desocupação ficou em 9,5%, a maior desde 2000.

---

*Há um cenário de preservação e exploração do potencial de consumo nos mercados emergentes, estagnação da renda e do emprego e recorrentes ciclos de endividamento público e privado nas nações avançadas*

---

No fundo, o que se vê na economia da globalização é um cenário de preservação e exploração do potencial de consumo dos mercados emergentes, estagnação da renda e do emprego, ao lado de recorrentes ciclos de endividamento público e privado nas nações avançadas.

Avaliações correntes dão conta de que o Brasil não teria tirado pleno proveito do menor grau de inserção do colapso externo de 2008, priorizando o cumprimento de uma agenda eminentemente conjuntural e abdicando da tarefa de preparação e execução de medidas estruturais capazes de assegurar solidez aos processos de superação da crise e retomada do crescimento.

Lembre-se de que o circuito virtuoso experimentado pelo país entre 2004 e 2008, interrompido pela crise, repousava na enorme capacidade de resposta (e inserção), dos agentes produtivos atuantes no território brasileiro, à reação da demanda interna, notadamente a partir do final de 2005, e ao maior ciclo de expansão da economia mundial dos últimos quatro decênios, acentuado desde 2004, tendo a China como protagonista, o que resultou na melhoria dos termos de troca do país e na multiplicação do estoque de reservas internacionais, superando o montante da dívida externa.

A dinâmica endógena, em parte atrelada aos impulsos de fora, foi multiplicada pelo aumento da oferta e alguma redução do custo do crédito, facilitado pela proliferação da modalidade “em consignação” (com desconto na folha de salários), pela extensão dos prazos de pagamento das prestações e pela elevação da massa de rendimentos.

A subida dos patamares de renda esteve centrada na conjugação entre a preservação do controle da inflação, a recuperação dos níveis de emprego formal e os acréscimos de remuneração real – por conta da ocorrência de negociações mais frouxas, dados os acordos e convenções coletivas da esmagadora maioria das categorias profissionais, e do prosseguimento da política de valorização do salário mínimo (SM) – e a disseminação e

alargamento da dotação de recursos para os esforços oficiais direcionados à transferência de renda, capitaneados pelo Programa Bolsa Família.

Esse conjunto de fatores favoráveis ensejou razoável mobilidade social, com o deslocamento de parte expressiva das categorias E e D da pirâmide social para a classe C, considerada média. Segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), baseadas nos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE nas principais regiões metropolitanas do país, o grupo C (formado por famílias com rendimentos mensais entre R\$ 1.115,0 e R\$ 4.807,0) registrou aumento de participação no total da população entre dezembro de 2003 e dezembro de 2009, passando de 43% para 53,6%.

Tanto isso é verdadeiro que a Sondagem Econômica da América Latina, realizada pela FGV junto a especialistas em economia, sob a coordenação do Instituto alemão IFO, pertencente à Universidade de Munique, mostra que o Brasil ostentava o maior índice de clima econômico (ICE) entre os emergentes e as nações latino-americanas em janeiro de 2010, atingindo 7,8 pontos contra 5,5 em janeiro de 2009, para uma escala entre zero e dez, que considera avaliação positiva quando superior a 5,0 (tabela 3).

TABELA 3 - ÍNDICE DE CLIMA ECONÔMICO SEGUNDO REGIÕES E PAÍSES SELECIONADOS - 2009-2010

REGIÃO/PAÍS	CLIMA ECONÔMICO (Em pontos de 0 a 10)	
	Jan./2009	Jan./2010
União Européia	3,7	5,0
Estados Unidos	4,7	5,1
Japão	3,9	4,0
China	5,7	6,3
Índia	6,7	6,8
Rússia	3,9	5,0
Brasil	5,5	7,8
Argentina	2,5	5,3
Peru	4,4	7,3
Venezuela	1,9	3,0
México	2,3	4,5

FONTE: FGV

A prova do não-aproveitamento adequado pelo Brasil dos fatores de mudança e de oportunidades produzidos por elementos da estrutura e da conjuntura pode ser retratada nas decisões e sinalizações do encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, ocorrido em janeiro de 2010. Nele foram mantidos os juros básicos (Selic) em 8,75% a.a. e, na respectiva ata, emitidas claras indicações de deflagração de nova rodada de subida nas taxas referenciais para a rolagem da dívida pública e a realização de operações interbancárias, nos meses de março ou abril do corrente ano.

As razões para essa mensagem repousariam nos riscos de estouro do centro da meta de inflação de 4,5% para 2010, fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, atrelados às circunstâncias de firme aceleração da recuperação econômica, ao lado da majoração das cotações das *commodities* e da discreta depreciação da taxa de câmbio, nada comparável à disparada do dólar acontecida nos últimos três meses de 2008. Na mesma linha de preocupação, no final de fevereiro de 2010, o BC decidiu elevar o recolhimento compulsório dos bancos em R\$ 70 bilhões a partir de março, quase que recuperando os patamares pré-crise.

Especificamente, a desvalorização do real esteve associada à deterioração dos fundamentos externos, explicada pela multiplicação das incertezas quanto à capacidade de pagamento dos passivos acumulados por nações da periferia européia antes mencionadas, o que poderia implicar na reversão da flexibilização monetária e fiscal praticada no planeta desde fins de 2008.

Apesar de legítima, a preocupação da autoridade monetária brasileira com a inflação soa exagerada e carece de melhor qualificação. É preciso insistir que a projetada continuidade da reativação do ciclo de negócios para 2010 pode não carregar elementos de perturbação, por estar fortemente influenciada pelo efeito base de 2009.

---

*Desde o 2º semestre de 2009, os níveis de atividade no Brasil vêm delineando rota ascendente quando cotejados com os resultados negativos do final de 2008.*

---

Em outras palavras, desde o 2.º semestre de 2009, os níveis de atividade no Brasil vêm delineando rota ascendente quando cotejados com os resultados negativos do final de 2008, produzidos pela propagação da crise financeira externa no território nacional. Há também o componente de compensação do acréscimo da massa de rendimentos (emprego e salários), acoplado à impulsão dos investimentos públicos em ano eleitoral, pelo fim dos subsídios tributários ao consumo.

Frise-se que a presente restauração dos ingredientes de crescimento da economia é fruto dos estímulos fiscais e monetários ao consumo de bens duráveis e materiais de construção, centrados na redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), já retirado para automóveis e eletrodomésticos, na elevação da oferta de crédito, na discreta redução dos juros e na ampliação do número de prestações; além do incremento dos dispêndios do setor público, e do alargamento da abrangência e dos recursos alocados nos programas oficiais de transferência de renda.

Aliás, de acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da FGV, a recessão acontecida entre o 4.º trimestre de 2008 e o 1.º de 2009, figuraria entre as mais curtas entre as oito observadas pelo país desde os anos 80, empatando com as de 1995 (crise mexicana, durante o governo Fernando Henrique Cardoso) e 2003 (intensificação do aperto monetário, no começo da gestão Lula). Em dimensão, a contração de 2008/2009 só perde para as de 1981-1983 (ajuste no balanço de pagamentos) e 1987-1989, marcada pela administração do fracasso das tentativas heterodoxas de combate à inflação, adotadas pelas diferentes equipes econômicas do presidente Sarney (tabela 4).

TABELA 4 - CRONOLOGIA DOS CICLOS ECONÔMICOS - BRASIL - 1981-2009

RECESSÕES			EXPANSÕES		
Período	Duração em trimestres	Variação acumulada do PIB (%)	Período	Duração em trimestres	Variação acumulada do PIB (%)
1.º trim./1981-1º trim./1983	9	-8,5	2.º trim./1983-2º trim./1987	17	30,0
3.º trim./1987-4º trim./1988	6	-4,2	1.º trim./1989-2º trim./1989	2	8,5
3.º trim./1989-1º trim./1992	11	-0,9	2.º trim./1992-1º trim./1995	12	19,2
2.º trim./1995-3º trim./1995	2	-2,8	4.º trim./1995-4º trim./1997	9	8,2
1.º trim./1998-1º trim./1999	5	-1,6	2.º trim./1999-1º trim./2001	8	7,3
2.º trim./2001-4º trim./2001	3	-1,0	1.º trim./2002-4º trim./2002	4	4,9
1.º trim./2003-2º trim./2003	2	-1,7	3.º trim./2003-3º trim./2008	21	29,9
4.º trim./2008-1º trim./2009	2	-3,8			

FONTE: FGV/IBRE e autor

Por outro lado, a acomodação do círculo virtuoso pode ser visualizada nos resultados da evolução da produção da indústria de transformação, e de alguns ramos específicos como o automobilístico, e do emprego, observados a partir de novembro de 2009, e na moderada ascensão dos preços das matérias agrícolas, minerais e metálicas nas bolsas mundiais, principalmente quando confrontada com o comportamento de 2007.

Naquela época, em paralelo ao excepcional e abrangente crescimento da economia mundial, capitaneado pelos asiáticos, destacavam-se as incursões especulativas em fundos de *commodities*, devido às reduzidas taxas de juros pagas pelos bancos na arregimentação de haveres para hospedagem nas carteiras de ativos financeiros.

Desta feita, também imputada ao derretimento dos juros nas praças das nações avançadas, há a estreita ligação com os movimentos especulativos, em razão da migração dos recursos excedentes nas bancas financeiras, captados das grandes empresas que driblaram a escassez de crédito com as emissões de bônus, para as operações em mercados futuros de *commodities*.

Ademais, apesar de o grau de utilização do capital fixo do setor manufatureiro ter chegado a quase 82% no final de 2009, o maior nível desde outubro de 2008, constatam-se razoáveis margens de ociosidade em diversos segmentos, notadamente naqueles mais vinculados à demanda externa e ao investimento, alvos preferenciais da crise, no tocante à contração do comércio internacional e ao crédito. Ainda assim, a insuficiente capacidade produtiva pode ser compensada, quando da ocorrência de pressões de demanda, com a operação em turnos adicionais nas plantas fabris e/ou a realização de importações.

O faturamento e as horas trabalhadas na indústria caíram 4,3% e 7,6%, respectivamente, em 2009, conforme a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por seu turno, produção industrial, emprego e salários reais encolheram 7,4%, 5,3% e 2,8%, o que significou a pior performance desde 1990, quando a produção caiu 8,9%, segundo o IBGE. As vendas reais do comércio varejista cresceram 5,9% em 2009, contra 9,1% em 2008. Se for considerado o comércio ampliado, incluindo veículos, motos e materiais de construção, a variação foi de 6,9% em 2009 e 9,9% em 2008.

Já, a canalização de crédito ao setor produtivo permanece em patamares reduzidos, à exceção das linhas dos bancos públicos – principalmente Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, alocadas no consumo de bens duráveis e/ou em setores e grandes empresas, definidas como prioritárias pelo governo, durante a tentativa de neutralização e/ou minimização dos desdobramentos da turbulência mundial. Em 2009, as carteiras de empréstimos aumentaram 31,1% nos bancos públicos e 8,7% nos privados nacionais, havendo queda de 0,4% nos privados estrangeiros.

Os recursos livres emprestados às pessoas físicas e jurídicas variaram 17,4% e 1,1%, respectivamente, em 2009, segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Mas estimativas do BC apontam que, ao final de 2009, o endividamento comprometia aproximadamente 40% da renda anual das famílias brasileiras, o equivalente a quase onze meses de salário.

---

*A intensificação da postura conservadora do Copom revela a interpretação equivocada do curso da conjuntura econômica e a falta de sincronia entre a orientação monetária e fiscal do governo federal*

---

Assim, a intensificação da postura conservadora do Copom revela, de um lado, a interpretação equivocada do curso da conjuntura econômica e, de outro, a falta de sincronia entre a orientação monetária e fiscal do governo federal, que, entre outras coisas, abandonou os propósitos de cumprimento de metas de esforço fiscal mais arrojados, mediante a racionalização de gastos e a perseguição de um declínio estrutural dos encargos incidentes sobre a dívida mobiliária.

Com isso, há a realização de marchas de ajustes antecipados no mercado financeiro, traduzidos na elevação dos juros na ponta, no começo de 2010, o que pode prejudicar a ativação de projetos em ampliação da capacidade de oferta do sistema econômico, crucial para eliminar pressões inflacionárias e assegurar a sustentação intertemporal do crescimento.

Essa mudança na curva dos juros já foi identificada nos levantamentos do BC. Tanto é assim que, entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, a taxa média de empréstimos bancários subiu de 34,3% para 35,1% a.a., as linhas disponibilizadas a pessoas físicas



passaram de 42,7% para 43% a.a. e os juros dos financiamentos a empresas aumentaram de 25,5% para 26,5% a.a.

Ainda assim, o preço do dinheiro está bastante abaixo daquele praticado em janeiro de 2009, ápice da crise, quando correspondia a 42,4% a.a. na média, 55% a.a. para consumidores e 31% a.a. para pessoas jurídicas. Já, a inadimplência (atraso nos pagamentos superiores a 90 dias) ficou em 5,5%, sendo 7,7% para as famílias e 3,8% para as empresas. Os *spreads* (diferença entre a taxa final paga pelo tomador e o custo de captação pelos bancos) elevaram-se de 24,4% em dezembro de 2009 para 25,1% a.a. em janeiro de 2010, contra 30,5% em janeiro de 2009. O custo da linhas de capital de giro estava em 30,1% a.a., de desconto de duplicatas, 36,8%, aquisição de veículos, 25,2%, crédito pessoal, 44,8%, e cheque especial, 161,1%.

A respeito dos investimentos, o BNDES acenou com uma programação de projetos em infraestrutura da ordem de R\$ 274 bilhões entre 2010 e 2013, centrada em energia, telecomunicações, saneamento, rodovias, ferrovias e portos, sem explicitar a origem dos recursos, provavelmente dependente da celebração de Parcerias Público Privadas.

Diga-se de passagem, a supremacia da orientação macroeconômica de curto prazo vem desnudando, de forma crescente, apreciáveis distorções estruturais ao crescimento econômico, com ênfase para aquelas atreladas à deterioração das condições de competitividade do país, em grande parte imputadas à débil presença do setor público em itens de infraestrutura econômica e social, fruto de três decênios de insuficiência de investimentos.

Pelo menos duas anomalias ilustram essa fonte de perturbação. A primeira delas compreende a escassez de mão de obra qualificada, evidenciada pelo não-preenchimento de mais de 60% das vagas oferecidas pelas agências públicas de emprego em 2009, o que representou um recorde histórico, conforme apurado pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) do Ministério do Trabalho, apesar de a taxa de desemprego ter sido de 9% da População Economicamente Ativa (PEA). Tal problema pode ser atribuído à reduzida escolaridade, experiência e preparo técnico dos candidatos, em decorrência da precariedade das condições de ensino no país, do fundamental ao universitário.

Outro constrangimento crônico reside no declínio da participação do setor industrial no PIB brasileiro, de 29,2% em 1970 para 23,7% em 2007, comprovado por apurações da Organização das Nações Unidas (ONU). Isto se deu em um período de estagnação da contribuição dos parques fabris para a formação do PIB mundial (23%) e na contramão da tendência dos emergentes, como a China (cujo peso industrial saltou de 26,6% em 1970 para 53% em 2007), Coréia do Sul (de 8,7% para 37,3%) e Índia (de 12,7% para 17,5%).

Dentre os países em desenvolvimento, apenas a Rússia revelou trajetória semelhante à brasileira (de 39,6% para 33,8%), expressando o rompimento de um ciclo de forte progresso manufatureiro, vivido desde a implementação dos planos quinquenais, sobretudo durante a Grande Depressão mundial dos anos de 1930.

# AS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO E O MODELO ECONÔMICO

*Julio Takeshi Suzuki Júnior\**

Incontestavelmente, os números do mercado de trabalho são significativos. Em dezembro de 2009, a taxa de desocupação atingiu 6,8% no agregado de seis Regiões Metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), representando o melhor resultado da série da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, iniciada em março de 2002. Levando em conta apenas as ocupações com carteira assinada, constata-se a criação de 995,1 mil vagas laborais no país no acumulado dos doze meses do ano passado, número que, embora inferior aos saldos anuais contabilizados no quinquênio 2004-2008, pode ser considerado relevante, dados os impactos da crise sobre a atividade econômica.

No entanto, em um exame um pouco mais detalhado, tendo como base as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é possível identificar algumas características importantes dessas novas ocupações formais, que devem ser ponderadas nos estudos do atual dinamismo do mercado de trabalho brasileiro, para evitar análises restritas aos aspectos quantitativos.

Primeiramente, verifica-se aumento da concentração dos empregos em faixas inferiores de remuneração. Em 2009, o saldo dos vínculos empregatícios com recebimentos de até dois salários mínimos atingiu 1,6 milhão, contrapondo-se ao resultado negativo anotado pela faixa de 2,01 a 3,00 salários mínimos (corte de 245,9 mil vagas). Já em relação ao grupo que reúne as ocupações com proventos superiores a três salários mínimos, os desligamentos superaram as admissões em 334,5 mil registros, delineando uma tendência totalmente oposta à dos postos de trabalho que possibilitam rendimentos de até dois salários mínimos.

Ainda que essas diferenças sejam frequentes na série histórica dos dados do CAGED, pode-se comprovar alguma piora qualitativa no período recente pelos resultados do estrato de 2,01 a 3,00 salários mínimos, que vêm anotando saldos negativos desde 2005, a despeito do satisfatório desempenho da economia brasileira. Além disso, deve-se considerar que a remuneração média dos registros de desligamento vem suplantando a das admissões, o que reduziria a massa salarial gerada pelas ocupações formais, não fosse a notável criação de novos empregos.

De forma complementar, é importante citar ainda que segmentos caracterizados por salários médios menores que o do conjunto das atividades econômicas, como o comércio e a construção civil, responderam por significativa parcela da geração global de vagas em 2009, com aumento de representatividade em relação aos anos anteriores, enquanto a indústria de transformação, cuja remuneração média é mais elevada, tornou-se menos relevante em termos de participação no total dos novos empregos. Mesmo considerando o exercício de 2008, o que reduz a interferência da crise, sentida mais fortemente somente no final do ano retrasado, observa-se diminuição do peso relativo da atividade manufatureira, uma vez que no referido período a indústria de transformação foi responsável por 12,3% do saldo total dos postos de trabalho com carteira assinada, muito abaixo, por exemplo, dos resultados referentes a 2000 e 2004, quando as participações do setor alcançaram 29,3% e 33,1%, respectivamente.

Diante disso, não é surpreendente a constatação de que a importância relativa das ocupações com remuneração de até dois salários mínimos no estoque total dos empregos formais tenha saltado de 43,4% em 2004 para 52,9% em 2008, de acordo com estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), estabelecendo uma pirâmide de rendimentos do trabalho com base mais ampla. Excluindo os vínculos empregatícios do setor público, cuja dinâmica de crescimento é determinada por fatores distintos, devido principalmente a regras jurídicas específicas, nota-se crescimento de 48,6% para 59,2% do mencionado grupo no mesmo período, sendo registrados decréscimos de 22,9% para 18,1% na faixa de 2,01 a 3,00 salários mínimos, e de 14,7% para 11,5% no estrato de 3,01 a 5,00 s. m. (tabela 1).

\* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO FAIXAS DE REMUNERAÇÃO - BRASIL - 2004-2008

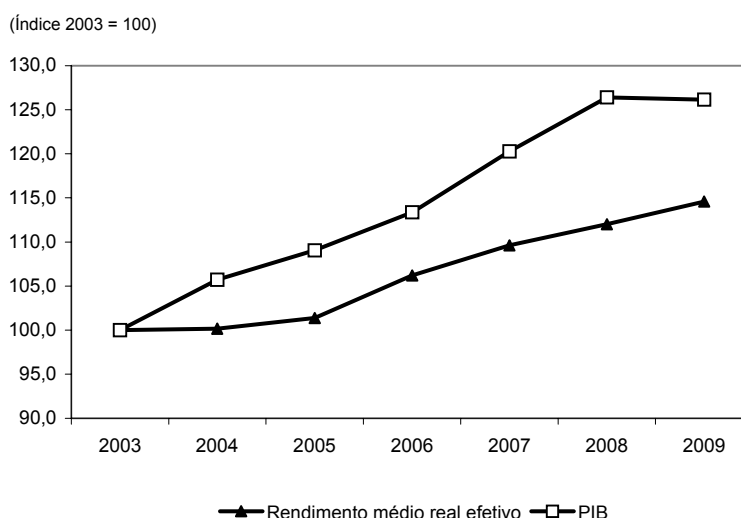
FAIXA	PARTICIPAÇÃO (%)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Até 2,00 salários mínimos	48,6	52,1	57,6	58,9	59,2
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	22,9	21,2	18,8	18,2	18,1
De 3,01 a 5,00 salários mínimos	14,7	13,7	11,9	11,5	11,5
De 5,01 a 10,00 salários mínimos	8,6	7,9	6,8	6,5	6,4
Mais de 10,00 salários mínimos	4,8	4,3	3,6	3,3	3,3
Ignorado	0,4	0,8	1,2	1,6	1,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: MTE-RAIS

Obviamente, deve-se ter em conta que há a influência dos sucessivos aumentos reais do salário mínimo na distribuição dos empregos segundo as divisões de remuneração mensal, mas tal interferência não pode ser avaliada como o principal condicionante das mudanças entre as faixas, visto que, entre os agrupamentos que abrangem as ocupações com proventos acima de dois salários mínimos, não se verificam perdas quantitativas em determinado estrato com ganhos proporcionais em grupo imediatamente inferior. Ademais, conforme já citado, os dados do CAGED apontam para cortes de vagas em todas as divisões de recebimentos superiores a dois pisos salariais nos últimos anos.

Mas isso não significa que a remuneração média dos trabalhadores esteja em declínio, até porque a política salarial oficial contribui para um movimento de elevação, com o aumento dos proventos atrelados ao valor-piso fixado pelo governo federal. No caso do rendimento médio real efetivo dos empregados do setor privado, levantado pela PME, houve incremento de 14,6% no período 2003-2009, considerando as médias anuais, o que indica ganho às pessoas ocupadas, muito embora esse crescimento seja inferior, por exemplo, à evolução do PIB do país (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL EFETIVO DOS EMPREGADOS DO SETOR PRIVADO E DO PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL - 2003-2009



FONTES: IBGE, Banco Central

A diferença entre o desempenho da economia nacional e o comportamento dos salários pode ser imputada, em alguma medida, ao atual modelo de desenvolvimento, baseado em elevado consumo, baixa poupança e, conseqüentemente, déficits externos crescentes, apesar dos saldos ainda positivos do comércio exterior. Nessas bases, são privilegiadas as atividades

voltadas ao atendimento da demanda doméstica, como as do terciário, penalizando, ao mesmo tempo, determinados segmentos industriais exportadores, principalmente aqueles caracterizados pela alta adição de valor. Como resultado, há a troca de ocupações com rendimentos mais elevados por empregos que não se destacam pelos patamares das remunerações.

Enfim, sem deixar de reconhecer os benefícios derivados da expressiva geração de postos de trabalho no período recente e as vantagens do atual modelo econômico no combate à crise, são desejáveis mudanças na direção do estabelecimento de uma base produtiva mais sofisticada, com participação mais significativa de segmentos que apresentam maiores níveis de produtividade, o que certamente resultaria em avanços qualitativos nos rendimentos das atividades laborais.

A expansão do crédito à pessoa física no Brasil, em suas diversas formas, fez com que o ritmo do endividamento familiar crescesse mais do que a massa de salários. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento real do trabalho recebido pelos ocupados, formal e informalmente, era em dezembro de 2009 apenas 0,74% maior que no mesmo mês do ano anterior. Segundo o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR), o número de pessoas físicas com dívidas acumuladas superiores a R\$ 5.000 cresceu 22% nesse período. Os dados de inadimplência, entretanto, não caracterizam um quadro pessimista no curto e médio prazos. Ainda de acordo com o Banco Central, a inadimplência registrada em todas as modalidades de financiamento pesquisadas, no último mês do ano passado, alcançou 7,8% do total das operações, representando queda de 0,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior – são considerados inadimplentes os financiamentos com parcelas em atraso por 90 dias ou mais. Por outro lado, o volume de cheques sem fundo alcançou marca sem precedentes em 2009 (2,15%), de acordo com a Serasa Experian, empresa de análise de crédito.

No ano passado, as operações de crédito à pessoa física que mais cresceram foram: cartões de crédito (20,6%), linhas de crédito pessoal (35,9%), financiamento imobiliário (77,9%) e financiamento para aquisição de veículos (146,9%).

De acordo com o SCR, 27% das operações com cartões de crédito estavam inadimplentes. Conforme a Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), os juros cobrados por atraso têm taxa média de 10,7% ao mês. O número de operações dobrou nos últimos três anos, e a Associação Brasileira das Empresas de Crédito e Serviços (Abecs) estima que o número de cartões crescerá 13%.

A modalidade de crédito consignado em folha de pagamento representa 59,8% do crédito pessoal, e o volume de recursos contratado variou em 34,6% no ano passado. Esse mecanismo de crédito, com taxas de juros inferiores à média dos financiamentos, ainda é concentrado em funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS, responsáveis por mais de 86% dos recursos tomados em consignação. A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) respondem por metade dos recursos ofertados através dessa linha de financiamento, resultado da política governamental antirrecessiva que compreendeu a absorção das carteiras creditícias de outras instituições. No final de 2008, CEF e BB eram responsáveis por 30% dos empréstimos consignados.

As instituições bancárias privadas do país têm, historicamente, mostrado pouco interesse no mercado de crédito imobiliário. Entretanto, a reforma jurídica de 2004, que instituiu a alienação fiduciária, tornou a concessão de empréstimos mais segura e, gradativamente, embasou a formação de um sistema de financiamento de massa. Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário (Abecip), as concessões com recursos da poupança para a construção de novas unidades e para a compra da casa própria podem chegar a R\$ 50 bilhões em 2010. Atualmente, a caderneta de poupança é a fonte de, aproximadamente, 70% dos empréstimos imobiliários.

No ano passado, os depósitos na poupança financiaram a aquisição de mais de 302 mil imóveis, correspondentes a cerca de R\$ 34 bilhões. O orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) prevê que, em 2010, sejam liberados R\$ 23 bilhões para o setor. O anúncio de programas governamentais federais para financiamento de residências a assalariados que recebem até dez salários mínimos, e a elevação do valor máximo do imóvel adquirido com recursos da poupança e do FGTS, de R\$ 350 para R\$ 500 mil, geraram expectativas de crescimento no setor para 2010.

A espantosa expansão no crédito para aquisição de automóveis, fomentada pela política de isenções temporárias na cobrança do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), gerou o maior volume de vendas de veículos registrado no Brasil. Em 2009, segundo a Associação

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram licenciados 3,14 milhões de unidades, volume 11,4% superior ao de 2008. Os contratos de financiamento de automóveis também estão amparados pelo mecanismo de alienação fiduciária, em que o bem é garantia do empréstimo e a inadimplência leva à transferência de posse ao credor.

A paulatina queda da taxa de juros é o principal motivador da tomada de empréstimos. A taxa Selic, que baliza a maioria dos novos contratos, estava em 26,50% ao ano em maio de 2003; desde julho do ano passado, mantém-se no patamar de 8,75% ao ano. A formalização do emprego, a elevação dos salários acima da inflação e a expansão dos serviços bancários são importantes coadjuvantes no processo.

No campo da política monetária, duas medidas tomadas no início de 2010 deverão provocar encarecimento do crédito: a elevação dos empréstimos compulsórios pelo Banco Central para os patamares pré-crise e a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), vigente a partir de abril, que revoga a permissão para que os bancos aumentassem suas provisões contra a inadimplência sem que reduzissem o patrimônio de referência. Essa permissão manteve a capacidade dos bancos de oferecer empréstimos em um momento de extraordinária contração de crédito. Por mais impopulares que sejam as elevações na taxa de juros, há sinais nas atas das duas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) de que alguma mudança na taxa Selic é premente. Nesse sentido, a mediana das expectativas de mercado divulgada pelo boletim Focus, do Banco Central, no final de fevereiro, sinalizava para Selic de 11,25% ao ano no final de 2010.

Há sinais de que o engessamento do orçamento familiar limitará o crescimento do consumo em um futuro próximo, caso o atual desempenho do mercado de trabalho entre em um ciclo menos dinâmico. A LCA Consultoria realizou levantamento em que estima que o endividamento das famílias equivale a 39,7% do conjunto dos rendimentos – soma da massa de salários e de benefícios previdenciários. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que embora estejam otimistas em relação ao mercado de trabalho, as famílias com ganhos mensais até R\$ 2,1 mil não têm intenção de adquirir bens duráveis – consequência dos compromissos assumidos com o consumo no ano passado (que teve variação acumulada de 6,85% no volume de vendas do comércio varejista ampliado, na Pesquisa Mensal de Comércio – IBGE). Os números do ICC mostram que o consumidor tem a percepção de que sua capacidade de contrair dívidas chega ao limite.

# ECONOMIA PARANAENSE: SÍNTESE DOS RESULTADOS DE 2009

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Este texto apresenta breves considerações acerca do desempenho da economia paranaense em 2009, tendo como base as principais estatísticas setoriais. É de conhecimento geral que as atividades produtivas, tanto no âmbito estadual quanto na esfera nacional, foram fortemente afetadas pela crise mundial no referido exercício, o que levou a resultados em geral pouco favoráveis, não obstante o lançamento de medidas de estímulo econômico.

De início, observa-se que a produção física da indústria do Paraná registrou decréscimo de -2,1% no ano passado (tabela 1), variação que, embora negativa, colocou o Estado na segunda posição do *ranking* das unidades da Federação, atrás apenas de Goiás. A título de comparação, o *quantum* industrial do país recuou -7,4% no período em análise, correspondendo ao pior resultado desde 1992, ano em que foi iniciado o levantamento dos volumes produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os segmentos que determinaram a retração produtiva do setor manufatureiro paranaense, podem ser destacados o madeireiro, o automotivo e o de máquinas e equipamentos, ramos que, além de apresentarem elevada redução da atividade em 2009, são representativos em termos de participação na renda industrial, sendo, por conseguinte, os principais responsáveis pela oscilação negativa do índice geral do secundário do Estado. Em todos esses casos, as inexpressivas performances refletem, em grande medida, a diminuição da demanda internacional, condição que comprometeu o desempenho das indústrias que exibem alto coeficiente de exportação.

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 2009

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	-2,1
Indústria de transformação	-2,1
Alimentos	-4,5
Bebidas	3,4
Madeira	-22,7
Celulose, papel e produtos de papel	-0,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	78,9
Refino de petróleo e álcool	-0,5
Outros produtos químicos	20,5
Borracha e plástico	-0,9
Minerais não-metálicos	2,4
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-13,3
Máquinas e equipamentos	-11,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-10,7
Veículos automotores	-27,3
Mobiliário	-9,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Tanto é assim que o *quantum* das vendas externas do segmento automotivo estadual caiu -41,7% no exercício de 2009, segundo cálculos do IPARDES, representando o principal fator condicionante da queda de -27,3% da produção física setorial. Da mesma forma, as reduções nas quantidades produzidas pelas indústrias madeireira (-22,7%) e de máquinas e equipamentos (-11,1%) podem ser imputadas preponderantemente ao mercado externo, cuja contração foi superior à da demanda doméstica.

\* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

Em contrapartida, os ramos de edição e impressão e produtos químicos anotaram consideráveis taxas de crescimento. Em relação a este último, houve razoável influência da produção de insumos para agricultura na expansão de 20,5% do segmento, enquanto a evolução de 78,9% da indústria de edição e impressão derivou, entre outros fatores, do incremento na fabricação de materiais didáticos.

As restrições impostas pelo mercado internacional à economia do Paraná ficam ainda mais claras quando analisadas as estatísticas do comércio exterior, que apontam para uma redução de -26,3% do faturamento das exportações em 2009, atingindo o valor de US\$ 11,2 bilhões (tabela 2). Corroborando mais uma vez os impactos da crise sobre a atividade manufatureira, as vendas externas de bens industrializados apresentaram declínio significativo, ressaltando-se as quedas das receitas da comercialização de tratores (-67,9%), veículos de carga (-65,1%), partes de motores para veículos (-59,4%) e compressores e bombas (-58,1%).

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - 2008-2009

PRODUTO	2008		2009		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja em grão	1 960 045 381	12,9	1 835 706 036	16,4	-6,3
Carne de frango <i>in natura</i>	1 551 622 804	10,2	1 213 299 567	10,8	-21,8
Farelo de soja	1 273 547 105	8,4	1 030 833 965	9,2	-19,1
Automóveis	941 837 004	6,2	714 483 963	6,4	-24,1
Açúcar bruto	519 848 526	3,4	669 767 112	6,0	28,8
Óleo de soja bruto	679 045 380	4,5	339 337 173	3,0	-50,0
Papel	445 601 453	2,9	337 270 093	3,0	-24,3
Cereais	440 181 762	2,9	318 711 735	2,8	-27,6
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	302 883 960	2,0	209 968 959	1,9	-30,7
Madeira compensada ou contraplacada	393 405 991	2,6	209 896 595	1,9	-46,6
Café solúvel	234 226 673	1,5	200 713 974	1,8	-14,3
Autopeças	249 100 955	1,6	199 055 522	1,8	-20,1
Álcool etílico, não-desnaturado	312 472 917	2,1	182 539 932	1,6	-41,6
Carnes salgadas	185 757 545	1,2	181 954 949	1,6	-2,0
Tratores	443 929 798	2,9	142 631 229	1,3	-67,9
Adubos e fertilizantes	205 916 343	1,4	130 839 804	1,2	-36,5
Madeiras e manufaturas de madeira diversas	160 075 283	1,1	130 240 933	1,2	-18,6
Veículos de carga	267 390 051	1,8	93 302 826	0,8	-65,1
Compressores e bombas	222 313 645	1,5	93 083 850	0,8	-58,1
Partes de motores para veículos	227 284 648	1,5	92 262 881	0,8	-59,4
Outros produtos	4 209 250 047	27,6	2 896 927 063	25,8	-31,2
TOTAL	15 225 737 271	100,0	11 222 828 161	100,0	-26,3

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração IPARDES.

Já no que se refere às exportações do agronegócio, a despeito dos pronunciados decréscimos registrados, por exemplo, pelas vendas de óleo de soja bruto, não é equivocado afirmar que os efeitos das turbulências internacionais foram menos intensos, sendo possível constatar até mesmo um aumento de 28,8% no faturamento gerado pelo comércio de açúcar. Mesmo no caso da soja em grão, principal item da pauta das exportações do Estado, o recuo de -6,3% não pode ser classificado como um resultado insatisfatório, considerando-se os altos patamares das cotações em dólares da oleaginosa no ano passado, elevando a base de comparação referente a 2008, e a diminuição da produção interna, por conta de adversidades climáticas.

A propósito, a prolongada estiagem levou a uma redução de -22,8% da produção paranaense de grãos na temporada 2008/2009, com a colheita de 24,6 milhões de toneladas (tabela 3), de acordo com o IBGE. Além da soja, cujo volume colhido caiu -19,6%, foram contabilizadas expressivas variações negativas das quantidades produzidas de milho (-28,7%) e trigo (-14,3%), não deixando dúvidas quanto às dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Portanto, as intempéries climáticas e seus reflexos sobre a atividade primária



corresponderam a um fator adicional de limitação à performance econômica do Paraná em 2009, já comprometida pela crise global.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2007/2008 E 2008/2009

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	Safra 2007/2008	Safra 2008/2009	
Arroz	172 632	170 328	-1,3
Aveia	91 230	113 496	24,4
Centeio	2 274	2 374	4,4
Cevada	149 073	162 926	9,3
Feijão	771 291	752 670	-2,4
Milho	15 613 442	11 132 899	-28,7
Soja	11 800 466	9 492 250	-19,6
Trigo	3 068 116	2 628 419	-14,3
Outros grãos	125 641	99 168	-21,1
<b>TOTAL</b>	<b>31 794 165</b>	<b>24 554 530</b>	<b>-22,8</b>

FONTE: IBGE

Finalmente, no setor terciário, é possível observar movimentos distintos daqueles verificados nos segmentos agropecuário e industrial. Em razão da preservação do dinamismo do mercado doméstico, o volume de vendas do comércio varejista no Paraná cresceu 5,2% no exercício passado (tabela 4), cabendo destacar os ramos de equipamentos para escritório, informática e comunicação, com ampliação de 59,3%, e artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria, que registrou incremento de 23,4%.

Diante disso, apesar dos resultados setoriais diversos, pode-se concluir que o ano de 2009 foi marcado pela interrupção de uma trajetória virtuosa de crescimento da economia estadual, iniciada em 2007, refletindo a interferência de variáveis exógenas e não passíveis de controle por parte dos agentes locais. Para os períodos seguintes, com a melhoria das condições externas e a não-influência de limitadores extraordinários da ampliação da renda local, como os de ordem climática, espera-se a retomada da expansão econômica do Paraná.

TABELA 4 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - 2009

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Combustíveis e lubrificantes	-1,1
Hipermercados e supermercados	4,5
Tecidos, vestuário e calçados	-0,6
Móveis e eletrodomésticos	0,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	23,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	9,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	59,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,9
<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>	<b>5,2</b>

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

## AGROINDÚSTRIA

### Corol Recebe Empréstimo do BRDE

A Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (Corol) planeja incrementar sua estrutura com recursos oriundos do empréstimo de R\$ 10 milhões, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). A organização reúne 8 mil produtores e tem intenção de desenvolver projetos com outras cooperativas. Café, suco de laranja, açúcar e álcool são os mais relevantes produtos da Corol. Seu faturamento anual é estimado em R\$ 800 milhões.

RECURSO para a Corol. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 jan. 2010. Empresas, p. B10.

## COMÉRCIO

### Fusão de Redes Varejistas em Maringá

Duas redes de supermercados com sede em Maringá (Região Norte Central Paranaense), São Francisco e Cidade Canção, irão se fundir em uma nova empresa. A rede São Francisco reúne 16 lojas, estando oito delas localizadas em Maringá. Os demais estabelecimentos se encontram distribuídos em outros quatro municípios paranaenses e em Dourados (MS). A rede Cidade Canção tem sete de suas 15 lojas estabelecidas em Maringá. As demais estão instaladas em outros cinco municípios do Estado. O novo grupo, com participação societária equânime, planeja manter as operações das duas bandeiras, com suas respectivas lojas e funcionários.

Somado, o faturamento das duas redes alcançou aproximadamente R\$ 600 milhões no ano passado. Estima-se que alcance R\$ 650 milhões em 2010.

COLOMBO, Renan; AYRES, Marcus. Supermercados de Maringá se unem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jan. 2010. p. 18.

MIGUEL, Helio. Dois supermercados do interior unem operações. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 jan. 2010. p. 11.

## INDÚSTRIA

### Positivo Informática Compra Kennex

A Positivo Informática, companhia sediada em Curitiba, adquiriu a marca de computadores de mesa e *notebooks* Kennex por R\$ 12 milhões. Fundada em 2003, a Kennex é distribuída por cerca de 1,3 mil lojas do país, mas não possui fábrica. A empresa paranaense montava, sob contrato de terceirização, modelos da Kennex desde abril do ano passado. Do volume de recursos aportado na transação, R\$ 6,5 milhões serão utilizados para o pagamento de dívidas e R\$ 5,5 milhões para a remuneração aos acionistas da Kennex.

Em 2009, a Positivo Informática vendeu 1,778 milhões de computadores, o que representa crescimento de 10,9% em relação ao ano anterior.

LIMA, Marli. Positivo Informática assume marca Kennex. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 dez. 2009. Empresas, p. B2

WIZIACK, Julio. Positivo compra Kennex por R\$ 12 mi. **Folha de S. Paulo**, 22 dez. 2010. Dinheiro, p. B4.

### Milênia Receberá Investimentos de R\$ 15 Milhões

A indústria de defensivos agrícolas Milênia, com sede em Londrina, região norte central paranaense, receberá investimentos estimados em R\$ 15 milhões de sua controladora, a multinacional israelense Makhteshim Agan. Os recursos serão alocados no desenvolvimento de novos produtos e no incremento de técnicas de preservação ambiental e de segurança.

\* Elaborado com informações disponíveis de 22/12/2009 a 28/02/2010.

\*\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

A planta industrial de Londrina tem capacidade de produzir, anualmente, 90 milhões de litros de fungicidas, herbicidas e inseticidas. A empresa possui outra unidade, especializada na fabricação de produtos veterinários, em Taquari (RS). No ano passado, o faturamento da Milênia alcançou US\$ 395 milhões.

INACIO, Alexandre. Com novo presidente, múlti israelense busca acelerar avanço no país. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 jan. 2010. Empresas, p. B12.

---

## Vale Adquire Controle da Fosfertil

A mineradora Vale, através de uma de suas subsidiárias, a Mineração Naque, passou a controlar a Fosfertil, fabricante de fertilizantes e produtos químicos com operações no Paraná. O complexo da Fosfertil em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba) produz ureia e amônia. Suas fábricas em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense), Cambé (Norte Central), Cascavel (Oeste Paranaense) e Paranaguá (Região Metropolitana de Curitiba) funcionam como misturadoras de fertilizantes.

A Mineração Naque adquiriu o controle integral da divisão de fertilizantes da multinacional norte-americana Bunge, que detinha 42,3% do capital da Fosfertil, por US\$ 2,15 bilhões. A Naque comprou também a participação das multinacionais Yara (norueguesa) e Mosaic (norte-americana, controlada pela Cargill). Ao todo, foram gastos aproximadamente US\$ 4 bilhões na aquisição de 78,9% do capital da Fosfertil.

LOPES, Fernando. US\$ 4 bilhões depois, Vale assume 78,9% da Fosfertil. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 fev. 2010. Empresas, p. B12.

LOPES, Fernando. Vale compra participação da Yara na Fosfertil. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 jan. 2010. Investimentos, p. D3.

MIGUEL, Helio. Vale compra parte da Bunge. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 jan. 2010. p. 11.

---

## Investimentos da Volvo

A Volvo do Brasil investirá US\$ 220 milhões, durante o biênio 2010-2011, no desenvolvimento de novos modelos de ônibus e caminhões. Entre os anos de 2006 e 2008, a companhia investiu US\$ 110 milhões. O complexo industrial da companhia localiza-se na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). No ano passado, a empresa registrou faturamento de R\$ 3,2 bilhões, ante os R\$ 4,6 bilhões no ano anterior – reflexo da queda de 72% na exportação de caminhões em 2009. A expectativa da Volvo é retornar, em 2010, ao patamar de produção de caminhões do período pré-crise internacional, de 15 mil unidades anuais. Atualmente, são produzidos 70 caminhões por dia. A empresa estima que serão produzidos, ao longo deste ano, 3,8 mil ônibus pesados na planta da CIC.

A divisão de máquinas e equipamentos do grupo, Volvo Construction Equipment Latin America, que tem sede em Curitiba e fábrica em Pederneiras (SP) planeja alocar US\$ 10 milhões na modernização da linha de produção e no lançamento de novos produtos. Estima-se que o faturamento dessa divisão cresça 15% em 2010.

FONTES, Stella. Volvo prevê produção recorde em 2010. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 fev. 2010. Empresas, p. B8.

RIOS, Cristina. Volvo anuncia investimento de R\$ 396 milhões até 2011. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 fev. 2010. p. 27.

TEIXEIRA, Michelly C. **O Estado de S. Paulo**, 10 fev. 2010. Economia, p. B14.

---

## Aeronáutica em São José dos Pinhais

A companhia italiana GME Aerospace investirá R\$ 37,5 milhões em sua planta em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). Parte desse montante, equivalente a R\$ 16 milhões, será financiada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). A empresa produz peças para a indústria aeroespacial e planeja alocar os recursos na implantação de novos processos de usinagem e acabamento.

PARANÁ terá indústria aeronáutica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 fev. 2010. p. 18

---

## SERVIÇOS

### GVT Ampliará Área de Atuação em 2010

Sediada em Curitiba, a companhia de telecomunicações GVT planeja investir R\$ 850 milhões em 2010. Desse volume de recursos, estima que R\$ 765 milhões serão alocados na expansão da sua área de atuação para os municípios de Fortaleza (CE), João Pessoa e Campina Grande (PB). O orçamento anual inclui investimentos na comercialização de produtos pela internet e na oferta de TV por assinatura.

A companhia registrou lucro líquido de R\$ 131,58 milhões em 2009, 330% superior ao do ano anterior. Em novembro do ano passado, o controle acionário da empresa foi adquirido pelo conglomerado francês Vivendi.

IACOMINI, Franco. Lucro da GVT cresce 330%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 fev. 2010. p. 21.

MAHLMEISTER, Ana Luiza. Com operações no Ceará e Paraíba, GVT amplia atuação no NE. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 fev. 2010. Empresas, p. B3.

VALENTI, Graziella; MAHLMEISTER, Ana Luiza. GVT terá orçamento de R\$ 850 milhões para crescer em 2010. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 jan. 2010. Eu&, p. D3.

---

### Dedic Investe R\$ 26 Milhões em Londrina

Subsidiária da Portugal Telecom, a empresa de atendimento telefônico (*call centers*) Dedic investirá R\$ 26 milhões nas suas operações em Londrina, na Região Norte Central Paranaense. Os recursos serão alocados na expansão de sua estrutura física e no incremento de seu sistema de informática.

LIMA, Marli. Em Londrina, Dedic investe R\$ 26 milhões e triplica contratações. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 jan. 2010. Empresas, p. B4.

---

# ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 749	167 349	3 825	26 438	547 681	20 716
2010 <sup>(1)</sup>	179	397	2 218	40 661	171 688	4 222	29 354	715 449	24 373

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010 <sup>(1)</sup>	83 117	124 648	1 500	641 687	54 934 376	85 609	...	...	...

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010 <sup>(1)</sup>	517 509	817 791	1 580	189 600	4 310 438	22 734	2 281 929	12 520 956	5 487

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010 <sup>(1)</sup>	369	775	2 100	4 490 917	13 775 023	3 067	1 162 600	3 132 957	2 695

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

... Dados não disponíveis.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2009

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	202 923	23 431	39 267
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	227 475	18 142	40 843
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	204 680	19 574	37 427
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	214 748	23 352	38 650
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	226 221	27 203	40 560
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	210 898	22 824	36 199
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	197 247	28 057	39 768
2004	1 557 747	276 808	340 568	2009 <sup>(1)</sup>	1 862 219	198 460	386 383
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	195 787	21 742	39 155
2006	1 856 061	316 897	390 394	Fevereiro	186 249	15 748	38 572
2007	2 057 318	295 010	437 152	Março	207 585	19 118	39 479
2008	2 480 908	279 609	454 340	Abril	204 305	24 370	42 527
Janeiro	209 736	23 875	36 983	Maio	206 920	23 778	43 028
Fevereiro	186 985	21 375	33 944	Junho	209 215	22 801	41 702
Março	195 757	20 218	34 780	Julho	220 968	22 671	55 673
Abril	201 869	24 939	37 634	Agosto	211 633	22 547	43 046
Maio	202 366	26 619	38 286	Setembro	219 559	25 684	43 199

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2010

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1.918.816	45,38	665.062	15,73	1.614.172	38,18	29.944	0,71	4.227.995
1999	1.735.682	44,14	626.797	15,94	1.528.226	38,86	41.954	1,07	3.932.659
2000	1.661.374	37,81	498.631	11,35	2.158.622	49,12	75.534	1,72	4.394.162
2001	2.280.991	42,87	561.285	10,55	2.416.688	45,42	61.247	1,15	5.320.211
2002	2.384.075	41,80	668.797	11,73	2.576.841	45,18	73.368	1,29	5.703.081
2003	2.985.014	41,70	877.848	12,26	3.217.442	44,95	77.549	1,08	7.157.853
2004	3.908.974	41,56	969.099	10,30	4.437.090	47,18	89.862	0,96	9.405.026
2005	3.297.780	32,87	993.498	9,90	5.608.205	55,89	134.049	1,34	10.033.533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 <sup>(1)</sup>	5 786 966	38,01	1 611 389	10,58	7 519 762	49,39	307 620	2,02	15 225 737
2009 <sup>(1)</sup>	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 961	42,06	213 335	1,90	11 222 828
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697
Abril	652 127	58,14	99 882	8,90	355 074	31,65	14 619	1,30	1 121 702
Maio	620 907	55,64	111 861	10,02	366 837	32,88	16 238	1,46	1 115 843
Junho	814 261	61,28	129 102	9,72	364 985	27,47	20 344	1,53	1 328 693
Julho	454 671	43,89	139 423	13,46	421 161	40,65	20 753	2,00	1 036 008
Agosto	500 729	45,40	146 345	13,27	437 253	39,64	18 675	1,69	1 103 003
Setembro	316 843	34,85	151 804	16,70	416 467	45,81	24 085	2,65	909 199
Outubro	234 768	27,69	134 503	15,86	457 701	53,98	20 949	2,47	847 921
Novembro	225 114	29,32	79 912	10,41	441 934	57,55	20 953	2,73	767 913
Dezembro	242 387	30,54	82 927	10,45	445 154	56,09	23 170	2,92	793 638
2010	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2010

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 225 737	14 570 222	655 515	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009 <sup>(1)</sup>	11 222 828	9 620 703	1 602 125	152 994 743	127 672 264	25 322 479
Janeiro	746 662	579 843	166 819	9 781 920	10 311 476	- 529 556
Fevereiro	596 549	558 829	37 720	9 586 406	7 825 478	1 760 927
Março	855 697	670 462	185 235	11 809 225	10 052 631	1 756 594
Abril	1 121 702	602 943	518 759	12 321 617	8 626 934	3 694 683
Maio	1 115 843	678 428	437 416	11 984 585	9 358 569	2 626 016
Junho	1 328 693	750 769	577 924	14 467 785	9 863 379	4 604 406
Julho	1 036 008	958 912	77 097	14 141 930	11 229 304	2 912 626
Agosto	1 103 003	783 232	319 771	13 840 850	10 776 085	3 064 766
Setembro	909 199	1 074 267	- 165 068	13 863 222	12 549 862	1 313 360
Outubro	847 921	1 059 762	- 211 841	14 081 686	12 753 089	1 328 597
Novembro	767 913	1 021 428	- 253 515	12 652 892	12 039 774	613 118
Dezembro	793 638	881 828	- 88 190	14 462 624	12 285 683	2 176 941
2010 <sup>(1)</sup>	705 782	908 113	-202 331	11 305 067	11 471 362	-166 295
Janeiro	705 782	908 113	-202 331	11 305 067	11 471 362	-166 295

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2009

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	76,56	81,56	88,22	86,35	90,18	97,32	97,32	104,27
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	118,39	112,34	131,79	116,87	118,42	110,01	114,88	119,92
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	117,68	111,40	130,69	115,58	116,88	108,72	113,53	118,53
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	113,12	85,23	99,63	128,54	133,14	114,23	111,10	112,42
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	202,10	157,89	181,37	175,80	208,00	183,12	198,97	197,05
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	133,32	123,26	142,56	131,88	150,59	143,68	158,27	152,41
Livros, jornais, revistas e papeleria	...	...	...	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	98,96	114,83	118,99	107,01	82,86	81,47	91,84	97,00	107,40
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	425,62	324,40	358,38	402,48	397,94	440,81	1003,89	1031,11
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	167,21	141,05	185,60	162,24	197,41	181,24	184,92	194,24
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	123,75	112,01	129,92	122,53	130,15	120,57	128,72	132,78

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																
	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09
Combustíveis e lubrificantes	99,30	88,57	81,49	84,93	88,15	85,46	82,77	96,66	85,48	96,59	86,23	88,63	89,19	84,53	89,23	83,85	89,20
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	115,56	124,19	123,14	154,87	127,08	120,57	111,93	120,26	131,32	123,93	116,62	123,90	135,72	121,27	131,76	125,14	162,48
Hipermercados e supermercados	114,03	122,77	121,82	153,54	125,80	119,31	110,69	118,99	130,10	122,51	115,30	122,62	134,56	119,88	130,50	123,95	161,20
Tecidos, vestuário e calçados	113,61	103,49	100,90	192,86	116,62	109,25	80,45	93,23	113,39	131,43	116,71	111,49	102,98	114,05	110,64	110,32	205,50
Móveis e eletrodomésticos	189,80	203,93	190,79	268,94	197,13	198,41	153,95	177,40	168,37	186,00	178,16	194,45	196,12	194,49	209,78	217,67	290,77
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	152,40	154,45	158,46	196,08	184,80	156,00	150,76	170,51	168,36	184,46	181,38	184,46	190,16	174,83	204,63	203,45	248,61
Livros, jornais, revistas e papeleria	101,66	70,84	67,82	145,83	108,70	142,86	116,74	129,48	102,67	111,89	95,64	106,45	109,93	111,87	68,18	58,79	149,84
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1014,53	899,24	847,04	929,57	1071,68	838,04	913,84	956,62	914,96	913,03	1118,56	1148,33	1157,07	1241,36	1208,21	1137,00	1313,11
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	182,49	204,62	197,20	344,32	216,31	194,41	169,26	190,58	202,61	234,20	200,74	194,16	196,12	191,04	226,26	217,05	379,24
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	128,40	131,80	128,03	171,69	136,79	129,67	115,74	128,31	133,14	136,96	128,19	133,78	139,81	131,85	141,49	137,19	185,35

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.



TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1992-2009

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																				
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08
Indústria de transformação	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	125,3	118,9	130,8	133,6
Alimentos	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	94,9	78,8	103,8	111,5
Bebidas	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	99,9	106,0	121,2	120,2	122,0	114,0	102,1	120,1	109,3
Madeira	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	103,3	101,7	104,8	92,6
Celulose, papel e produtos de papel	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	131,9	123,1	131,3	133,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Refino de petróleo e álcool	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	91,2	89,1	94,5	99,1
Outros produtos químicos	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	78,4	66,2	51,7	68,0
Borracha e plástico	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9	117,4	110,6	119,2	124,0
Minerais não metálicos	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	100,6	106,9	111,8	112,0
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	98,0	96,6	105,5	117,0
Máquinas e equipamentos	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	161,5	158,1	170,4	165,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	150,1	136,1	129,1	117,9
Veículos automotores	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	245,3	260,0	297,0	287,1
Mobiliário	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	90,6	81,7	81,4	81,7

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																					
	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Sep/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Sep/09	Out/09	Nov/09	Dez/09
Indústria de transformação	142,4	137,9	146,7	139,3	145,0	150,3	132,9	109,3	131,6	114,9	120,7	136,1	129,8	125,4	114,8	138,7	137,2	130,4	151,5	139,4	140,1	140,1
Alimentos	125,3	123,2	137,8	123,4	124,3	122,5	114,3	94,2	107,8	74,0	84,5	110,8	120,7	123,3	119,1	116,8	124,0	107,7	107,7	108,5	96,5	96,5
Bebidas	105,1	102,4	103,8	123,2	125,6	141,2	143,8	174,0	126,2	128,2	115,6	130,6	118,4	106,9	84,8	96,6	113,2	121,5	154,7	158,0	185,7	185,7
Madeira	92,2	90,6	97,5	94,3	90,5	96,6	80,4	84,7	72,8	68,9	67,9	84,3	70,6	80,5	66,1	70,6	72,5	67,1	74,9	79,3	70,8	70,8
Celulose, papel e produtos de papel	135,1	136,9	142,5	119,6	139,0	136,4	139,6	129,7	132,2	127,9	127,5	131,7	118,6	111,6	119,8	148,3	141,3	142,8	142,7	134,5	139,5	139,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	351,7	204,0	211,5	214,9	287,3	235,9	223,1	276,1	428,7	517,7	599,4	521,8	442,9	321,3	117,0	460,4	332,9	416,7	504,1	358,9	551,4	551,4
Refino de petróleo e álcool	107,4	106,6	112,6	88,0	103,2	105,8	105,6	103,8	100,1	82,4	81,7	96,8	102,7	108,5	106,0	107,7	109,5	99,7	107,1	97,3	101,9	101,9
Outros produtos químicos	56,2	86,2	82,6	56,0	74,6	70,1	40,3	44,3	77,8	72,4	79,1	75,4	65,4	55,6	67,3	110,1	105,7	92,7	96,6	56,7	56,7	
Borracha e plástico	129,5	122,6	133,8	134,5	136,7	137,4	122,0	99,6	122,8	120,1	108,4	117,3	113,1	109,4	119,8	122,6	129,3	130,3	139,1	136,0	128,6	128,6
Minerais não metálicos	119,2	120,1	132,3	134,2	129,7	132,5	121,9	122,7	123,9	111,2	108,8	124,5	123,4	126,4	124,7	132,1	129,0	128,9	127,3	130,8	119,7	119,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	118,1	121,3	127,8	122,9	123,7	128,3	119,1	93,5	99,2	97,4	82,3	88,4	91,8	90,8	95,1	110,9	99,9	106,8	113,6	110,2	103,0	103,0
Máquinas e equipamentos	172,8	170,1	142,4	165,7	165,9	186,7	158,9	117,1	143,3	129,5	111,7	125,5	122,2	124,0	125,3	146,9	149,5	163,2	174,8	177,3	170,2	170,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	123,1	143,3	145,8	130,6	141,1	143,0	117,5	114,8	118,6	109,9	98,4	128,0	111,3	100,1	95,0	115,4	117,8	122,1	149,6	156,4	119,0	119,0
Veículos automotores	265,9	272,4	315,7	323,1	299,4	354,8	274,4	105,0	200,1	132,9	156,9	217,7	194,1	198,5	191,7	186,4	211,0	152,5	278,1	260,2	220,6	220,6
Mobiliário	90,7	91,6	101,2	105,9	100,9	103,7	96,9	93,0	84,9	62,5	63,3	71,8	70,1	75,6	77,1	91,8	98,0	89,4	108,3	105,1	105,4	105,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2009

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	109,5	110,0	110,4	111,1	110,5	111,1	111,1	111,6	111,2
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	75,4	75,7	75,6	75,9	75,4	74,7	74,8	76,5
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	110,0	110,4	110,9	111,5	110,9	111,5	111,6	112,1	111,6
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	161,4	160,2	160,9	161,6	160,5	160,5	161,4	161,0	163,1
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	129,1	160,9	229,3	230,5	220,0	166,4	106,5	102,8	103,7
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	84,8	88,5	88,2	87,7	85,9	85,5	85,1	86,0	85,5
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	116,5	119,3	117,9	120,2	117,2	116,6	114,4	116,3	116,6
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	96,6	98,7	100,2	104,5	102,5	102,4	106,9	111,8	107,3
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	50,4	50,2	49,8	48,8	48,2	47,1	44,2	43,4	42,6
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	124,0	124,4	123,5	124,2	123,6	123,8	123,9	127,4	126,5
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	159,3	168,6	212,1	260,8	273,0	292,8	295,4	293,0	292,4
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	110,9	111,7	111,9	112,0	113,1	112,1	114,8	115,1	89,1
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	88,0	89,6	90,1	89,9	90,9	94,7	93,9	94,4	94,1
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	133,5	132,0	134,2	134,0	137,4	140,0	135,7	134,3	132,6
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	72,0	70,1	71,2	70,7	71,3	72,1	71,1	72,8	73,4
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	101,2	100,1	98,6	99,8	98,6	102,8	106,6	108,6	108,2
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	153,1	158,9	160,5	159,6	160,1	163,0	165,6	166,0	165,8
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	96,6	98,1	99,7	101,8	103,9	105,6	107,4	107,6	110,9
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	147,4	147,9	150,3	149,1	151,1	151,9	152,0	150,0	155,0
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	68,7	66,6	64,8	63,8	60,9	60,5	62,2	63,7	65,2

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Out/08	Nov/08	Dez/08	2009	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09
Indústria geral	111,0	109,1	105,3	103,0	104,5	103,5	103,6	102,4	102,7	102,4	102,9	102,9	102,9	103,6	103,0	101,6
Indústrias extrativas	76,8	77,6	76,8	73,0	76,3	70,9	70,2	78,9	78,2	72,9	72,4	72,3	71,8	69,6	69,1	73,3
Indústria de transformação	111,5	109,5	105,7	103,4	104,9	103,9	104,1	102,7	103,1	102,8	103,3	103,3	103,3	104,1	103,4	102,0
Alimentos e bebidas	163,9	162,3	156,4	157,3	156,4	155,4	155,5	154,4	155,9	158,1	161,0	159,3	159,0	159,9	157,8	155,0
Fumo	101,2	102,0	108,3	166,2	170,8	277,9	289,5	276,2	180,7	174,5	102,1	102,6	99,9	103,1	108,0	109,3
Têxtil	81,4	79,3	77,1	77,5	77,3	76,8	76,4	76,4	78,1	78,5	77,9	77,2	77,2	78,1	78,2	78,3
Vestuário	114,6	103,4	97,1	97,2	96,6	97,8	101,9	94,5	94,9	95,2	97,2	97,9	98,2	99,5	98,7	94,3
Calçados e couro	98,9	88,2	84,9	91,5	83,7	84,0	87,5	87,2	87,6	90,7	91,7	94,7	96,7	98,3	98,6	97,3
Madeira	41,7	41,1	38,7	36,1	38,3	37,4	37,7	37,0	36,9	36,4	36,2	35,6	35,2	34,2	34,1	33,7
Papel e gráfica	127,9	126,8	124,1	123,3	124,2	120,6	119,7	120,4	120,6	123,2	124,0	125,9	125,4	125,4	124,8	125,0
Refino de petróleo e combustíveis	293,3	290,4	273,9	270,8	235,9	226,8	239,6	265,6	285,1	292,1	293,0	295,5	294,1	290,4	286,4	245,2
Produtos químicos	87,2	89,5	88,5	92,9	87,9	87,7	88,1	89,0	89,5	90,6	97,8	94,6	97,5	98,7	96,4	96,4
Borracha e plástico	95,3	93,9	91,6	83,8	90,5	88,4	87,5	86,7	85,6	80,7	80,4	82,5	82,1	82,3	79,7	79,7
Minerais não-metálicos	134,1	134,6	133,7	130,2	134,0	130,2	132,5	132,1	130,5	133,6	132,9	131,0	126,0	126,4	126,8	125,8
Metalurgia básica	73,7	74,1	73,4	71,1	72,1	73,4	72,0	70,6	70,3	69,8	69,9	69,7	69,8	70,4	72,4	73,0
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	107,9	107,1	104,8	103,7	107,3	108,3	105,6	103,8	103,7	102,4	100,2	101,1	103,2	104,5	102,8	101,6
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	166,4	163,5	155,3	151,0	152,8	151,2	150,6	146,2	146,7	146,3	146,2	145,3	148,5	155,0	159,8	163,2
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	110,5	109,9	108,6	103,2	108,6	106,8	102,3	101,5	102,1	100,1	100,6	100,3	101,3	103,9	106,3	104,7
Fabricação de meios de transporte	155,7	150,7	145,8	141,5	143,9	143,2	141,3	142,0	142,2	139,6	138,6	140,1	142,5	142,5	141,4	140,8
Fabricação de outros produtos	66,6	67,8	65,5	58,4	64,5	63,1	62,2	61,4	60,5	57,0	56,6	56,8	54,0	55,1	54,4	54,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2010

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842
Abril	2 504	-104	333	4 848	356	-	7 937
Mai	2 255	2 978	1 651	3 135	1 663	-	11 682
Junho	-109	31	2 179	2 661	1 202	-	5 964
Julho	2 855	1 206	1 956	1 048	-143	-	6 922
Agosto	3 880	2 025	3 116	5 676	-260	-	14 437
Setembro	6 672	1 274	3 536	2 673	-415	-	13 740
Outubro	4 931	1 323	4 742	2 456	-25	-	13 427
Novembro	3 764	1 040	6 852	4 607	-232	-	16 031
Dezembro	-14 196	-3 616	-1 780	-9 369	-7 023	-	-35 984
2010	5 236	3 416	234	4 881	144	-	13 911
Janeiro	5 236	3 416	234	4 881	144	-	13 911

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2008

ANO	PARANÁ <sup>(1)</sup>		BRASIL <sup>(1)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,97
2007	161 582	6,76	2 661 345	6,09
2008 <sup>(3)</sup>	184 002	6,00	3 004 881	5,10

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do IparDES para o Paraná.